

ICOMOS
COMISSÃO NACIONAL
PORTUGUESA



CONSELHO INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E DOS SÍTIOS
INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES
CONSEIL INTERNATIONAL DES MONUMENTS ET DES SITES
CONSEJO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS Y SÍTIOS

HISTÓRIA DA COMISSÃO NACIONAL PORTUGUESA

O acontecimento que desencadeou a criação do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS) foi a realização em Veneza (Itália), de 25 a 31 de Maio de 1964, do 2.º Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos. Embora a criação desta Associação internacional de profissionais do património já fosse desejada mesmo antes do 1.º Congresso, que tivera lugar em Paris (França) em Maio de 1957, só a partir dessa altura, com apoio e incentivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO¹) e do Centro Internacional para o Estudo da Conservação e Restauro do Património Cultural (ICCROM²), começam os esforços que conduziram à constituição da Comissão Provisória do ICOMOS durante o 2.º Congresso. É importante ter em conta que, já existindo o Conselho Internacional dos Museus (ICOM) desde 1946, era natural e urgente que se criasse um organismo semelhante mas para a área do património.

A Comissão Provisória do ICOMOS, eleita em Veneza em 1964, era presidida pelo italiano Guglielmo Angelis d'Ossat e teve como secretário-geral Piero Gazzola, também italiano e a quem se pode atribuir o mérito de ter sido o fundador do ICOMOS. No 2.º Congresso foi elaborada a famosa "Carta de Veneza", a Carta Internacional para a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, adoptada como texto fundamental e doutrinário do ICOMOS. Logo após o Congresso de Veneza, a Comissão Provisória redigiu um projecto de estatutos, a partir do texto aprovado em Veneza, e iniciou contactos para a formação de comissões nacionais do ICOMOS em diversos países³.

Dado que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN⁴) era o órgão da administração pública portuguesa mais representativo na área do património e fôra designado membro do Conselho Consultivo Provisório do ICOMOS em Veneza, e dado que o seu director-geral José Pena Pereira da Silva, bem como outros elementos da DGEMN ou a ela ligados - como Luís Benavente que foi um dos subscritores da "Carta de Veneza" - estiveram presentes no Congresso de Veneza, a Comissão Provisória do ICOMOS contactou em primeiro lugar a DGEMN no sentido de esta dinamizar a criação da Comissão Nacional Portuguesa (CNP).

Data de 23 de Janeiro de 1965 a carta enviada por Gazzola a convidar formalmente a DGEMN a criar a CNP, bem como a convidá-la a participar na Assembleia Constitutiva do ICOMOS que se realizaria em Varsóvia (Polónia), de 21 a 22 de Junho desse ano, e a dar parecer sobre o projecto de estatutos. Pereira da Silva rapidamente contactou dezassete das mais representativas instituições ligadas ao património em Portugal, tanto públicas como privadas, para que estas designassem representantes para constituírem a CNP. Paralelamente decorriam os contactos de Gazzola no sentido de Portugal enviar representantes à Assembleia de Varsóvia. As respostas das instituições contactadas foram umas mais positivas que outras, mas nenhuma se

¹ Criada em 16 de Novembro de 1945.

² Criado em 27 de Abril de 1957.

³ Logo em 1965 formaram-se 25 comissões nacionais. Quarenta anos depois existem cerca de 108 em todo o mundo.

⁴ Criada pelo Decreto n.º 16.791, de 30 de Abril de 1929.

propôs participar na Assembleia de Varsóvia por constrangimentos financeiros... e talvez políticos, visto que o Estado Novo não aceitava facilmente a deslocação de portugueses a países comunistas, como era o caso da Polónia na altura.

A 22 de Março de 1965 Pereira da Silva escreve uma carta à Comissão Provisória do ICOMOS informando que a criação da CNP carecia da aprovação do Governo. Esta aprovação, considerada pelos responsáveis da DGEMN como essencial não só para a criação mas também para o sustento financeiro quotidiano da CNP, apesar de ter sido insistentemente pedida, não foi obtida durante a vigência do Estado Novo. Constatando a ausência de apoio do Governo, alguns profissionais do património tornaram-se membros individuais associados do ICOMOS, categoria em que se enquadram os nacionais de um país onde não exista uma comissão nacional. Entre estes destacou-se Fernando Peres Guimarães, que foi Director dos Serviços de Monumentos da DGEMN, participou em alguns encontros internacionais onde contactou com membros do ICOMOS e foi eleito, em 1983, o primeiro Presidente da CNP.

Entre 1965 e 1974 a Comissão Executiva do ICOMOS - sucessora da Comissão Provisória na sequência da realização da 1.ª Assembleia Geral do ICOMOS, de 24 a 25 de Junho de 1965 em Cracóvia, logo após a Assembleia de Varsóvia - constantemente insistiu na criação da CNP. Gazzola chegou a visitar Portugal por duas vezes para participar em reuniões de outros organismos e aproveitou para estabelecer contactos com esse objectivo. Um documento datado de 21 de Março de 1974 informa que a proposta de criação da CNP fora superiormente homologada ainda no tempo da 4.ª subsecção da 2.ª secção da Junta Nacional da Educação⁵, mas que desde então nada acontecera.

No dia 25 de Abril de 1974 dá-se a revolução que derruba o regime do Estado Novo. O país adere progressivamente às organizações internacionais, mas na área do património não existe um elo de ligação entre estas e as instituições portuguesas com responsabilidade pelo património. Até agora a ligação tinha sido feita, essencialmente, através da DGEMN, mas esta não era a única entidade com responsabilidade pelo património em Portugal e, por isso, era necessário unir esforços com as restantes entidades, públicas e privadas. Este processo foi sendo adiado porque, após a revolução, houve intenção de criar um único organismo estatal com competências na área do património, o Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural. A DGEMN entendia que deveria ser este Instituto a coordenar a criação da CNP, mas a criação do próprio Instituto tardava e só em 1977 foi nomeada a respectiva Comissão Organizadora⁶. Alguns membros da Comissão Organizadora - entre os quais o seu presidente Alfredo Viana de Lima, que seria um dos fundadores da CNP - tinham feito parte da Comissão Nacional do Ano do Património Arquitectónico Europeu⁷, que funcionou entre 1973 e início de 1976, e proporcionou a experiência da riqueza da participação em reuniões internacionais.

Consciente das dificuldades de criação do Instituto, João Miguel Castro Freire, director-geral dos edifícios e monumentos nacionais, prossegue os contactos com a Comissão Executiva do ICOMOS e solicita informação sobre a formação de uma comissão nacional, por carta datada de 16 de Janeiro de 1978. Em resposta a esta carta o Presidente do ICOMOS, o belga Raymond Lemaire, sugere que seja o próprio Castro Freire a assumir a presidência da CNP. Por outro lado, nesse mesmo dia 16 de Janeiro a DGEMN solicita à Direcção Geral do Património Cultural o parecer da Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural sobre a criação da CNP. Só a 1 de Março de 1979 é escrito o parecer da Comissão Organizadora do Instituto - indicando que deveria promover-se uma reunião preparatória com vista à formação de uma Comissão provisória - que é homologado pelo Secretário de Estado da Cultura a 8 de Março.

Finalmente, a 14 de Novembro de 1979 realiza-se a reunião preparatória com vista à constituição da CNP. Comparecem representantes da Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, da Direcção-Geral do Património Cultural, da

⁵ Criada pelo Decreto-Lei n.º 46.349, de 22 de Maio de 1965, à qual sucedeu a Direcção Geral dos Assuntos Culturais, criada pelo Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro.

⁶ Despacho do Secretário de Estado da Cultura em 20 de Julho de 1977.

⁷ Iniciativa do Conselho da Europa a realizar em 1975.

Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico e da DGEMN. Nesta reunião ficou assente que seria a DGEMN a coordenar e apoiar administrativamente a Comissão provisória, que iria recrutar membros, elaborar estatutos a submeter à Comissão Executiva do ICOMOS e convocar a eleição dos órgãos sociais. Uma semana depois era obtida autorização do Secretário de Estado das Obras Públicas, para que a DGEMN acolhesse a sede provisória da CNP.

A Comissão provisória elaborou um projecto de estatutos, que foi discutido e aprovado em reunião geral de membros a 21 de Abril de 1980. Nesta altura contavam-se 18 membros individuais portugueses. É interessante referir que, em Março de 1980, os 5 membros residentes nos Açores mostraram vontade de criar uma subcomissão regional com direito a ter relações directas com a Comissão Executiva do ICOMOS, o que acabou por não suceder. A Comissão Executiva do ICOMOS, reunida em Cracóvia, aprovou os estatutos da CNP em 14 de Outubro de 1980. O ano de 1980 ficou marcado também pela criação do Instituto Português do Património Cultural e pelo depósito, por Portugal junto da UNESCO, do instrumento de ratificação da Convenção do Património Mundial⁸.

Formalizada a existência da CNP, tornou-se fundamental a sua participação nas assembleias-gerais internacionais. De 25 a 31 de Maio de 1981 teria lugar a 6.^a Assembleia Geral, em Roma (Itália), e para poder participar nas eleições para os órgãos internacionais realizou-se uma reunião geral de membros na DGEMN em 30 de Março. Entretanto prosseguem os esforços para a formalização da CNP em Portugal, que passam pela realização de uma escritura pública. Só a 15 de Dezembro de 1982, no 12.^o Cartório Notarial de Lisboa, é feita a escritura pública de constituição da CNP e aprovados oficialmente os respectivos estatutos - publicação em Diário da República, 3.^a série, n.^o 4, de 6 de Janeiro de 1983. Em 1982 contavam-se 47 membros individuais, dos quais 26 eram novos membros.

A primeira Assembleia-geral da CNP realiza-se na DGEMN a 29 de Março de 1983, tendo sido eleitos Fernando Peres Guimarães, como presidente, Nídia Correia, como vice-presidente, José Barbosa Colen, como secretário-geral, e Rui Rasquilho, como presidente da mesa da assembleia-geral. Sendo o ICOMOS o organismo consultivo da UNESCO para o património mundial cultural, o ano de 1983 é significativo pois são classificados como património mundial cultural os primeiros quatro monumentos e conjuntos portugueses.

Subitamente, a 30 de Outubro de 1983, o presidente, alegando falta de apoio financeiro governamental para assumir as responsabilidades contributivas da CNP face ao ICOMOS internacional⁹, apresenta a demissão. Barbosa Colen, que mais tarde seria Director dos Serviços de Monumentos da DGEMN, assume interinamente a direcção da CNP, mas segue-se um período de alguma inactividade que se prolonga até 18 de Novembro de 1985, data da 2.^a Assembleia-geral da CNP em que foram eleitos novos órgãos sociais. Augusto Pereira Brandão é o novo presidente, Sérgio Infante o novo secretário-geral e Carlos Antero Ferreira o novo presidente da mesa da assembleia-geral.

⁸ O Decreto n.^o 49/79, de 6 de Junho, aprova, para ratificação, a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural assinada a 12 de Novembro de 1972 em Paris (França).

⁹ A Comissão Executiva do ICOMOS exigia, na altura, o pagamento anual de US\$300 como quota mínima de qualquer comissão nacional, além da quota anual de US\$10 por cada membro individual e US\$50 por cada membro institucional. A CNP não dispunha de meios para pagar a quota mínima, pois só tinha como receitas as quotas dos seus membros.

Melhor estruturada e muito mais dinamizada, a CNP passa a organizar actividades de divulgação do património e chega a integrar outros organismos internacionais¹⁰. A sede é transferida para a Faculdade de Arquitectura, no Largo da Academia Nacional de Belas-Artes, n.º 2, em Lisboa. A quota anual dos membros individuais é 3.000\$00. O ponto alto das actividades da CNP é a celebração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios a 18 de Abril, sendo comemorado cada ano em diferentes locais do país (1986 Lisboa, 1987 Sintra, 1988 Angra do Heroísmo, 1989 Bragança). Terminado o mandato de dois anos, são eleitos, na 4.ª Assembleia-geral da CNP de 27 de Maio de 1987, presidente Sérgio Infante e secretário-geral Victor Neves, mantendo-se o presidente da mesa. Em Outubro desse ano, na 8.ª Assembleia-geral internacional, Sérgio Infante candidatou-se a vice-presidente do ICOMOS, sendo o primeiro português candidato a funções a nível internacional, mas não foi eleito.

Em 1988 efectua-se nova transferência da sede, desta vez para a Rua Alexandre Herculano, n.º 57-3.º, em Lisboa. Em Julho de 1988 realiza-se o 1.º Encontro ICOMOS sobre Centros Históricos, em Lisboa, e no ano seguinte em Abril o 2.º Encontro, desta vez em Bragança. Como corolário do bom trabalho efectuado, é reeleito Sérgio Infante na 7.ª Assembleia Geral da CNP de 4 de Julho de 1989, sendo agora o secretário-geral Manuel Jorge Couceiro da Costa. A quota anual dos membros individuais passa para 5.000\$00.

Em Janeiro de 1991 a sede da CNP volta para a Faculdade de Arquitectura. A actividade da CNP começa a abrandar na altura em que Sérgio Infante termina o seu segundo mandato de dois anos. Só a 15 de Julho de 1993 é convocada a 8.ª Assembleia-geral da CNP, durante a qual é eleito presidente Augusto Pereira Brandão. A sede é, mais uma vez, transferida, primeiro para a Universidade Lusíada, na Rua da Junqueira, n.º 194, e pouco tempo depois para a Calçada da Tapada, n.º 125 C/V esq. Em 1995 a quota anual dos membros individuais passa para 9.000\$00. Um membro português, Fernando Rocha Pinto, é eleito presidente da Comissão Científica Internacional sobre Arquitectura de Terra, em 1996.

Alguns membros, insatisfeitos com a falta de dinamismo da CNP nos últimos anos, apresentam uma lista candidata aos órgãos sociais na 9.ª Assembleia Geral da CNP, em 21 de Março de 1996. Esta lista é eleita e o novo presidente é agora Cláudio Figueiredo Torres, secretário-geral João Sousa Campos e presidente da mesa da assembleia geral Sérgio Infante. Cerca de um ano depois Ana Paula Amendoeira torna-se secretária-geral da CNP. Neste período realizam-se algumas actividades, com destaque para o Encontro Internacional de Peritos em Reabilitação da Cidade Histórica, em Julho de 1997 no Porto. A sede volta para a DGEMN em 1997. Cláudio Torres é nomeado membro do Comité do Património Mundial, sendo o primeiro português a integrar este organismo.

A partir de 1998, no entanto, a actividade associativa abranda, com excepção da participação na 12.ª Assembleia-geral, em Outubro de 1999 no México, e da organização de actividades pontuais em parceria com outras instituições (reunião da Comissão Científica Internacional das Cidades Históricas, em Setembro de 2001 no Porto, Encontro sobre a Baixa Pombalina, em Novembro de 2001 em Lisboa, etc.). Na 13.ª Assembleia-geral internacional, em Dezembro 2002, realizada em Madrid, Ana Paula Amendoeira foi eleita para a Comissão Executiva, sendo a primeira portuguesa neste órgão internacional.

Na 11.ª Assembleia-geral da CNP, em 23 de Março de 2007, são eleitos: presidente José Aguiar, presidente da mesa da assembleia geral Cláudio Torres e presidente do conselho consultivo Vítor Serrão.

Miguel Brito Correia, 05.2007

¹⁰ Como o COPAM (Cooperação para o Património Arquitectónico do Mediterrâneo), cuja reunião internacional teve lugar em Tavira em Fevereiro de 1987.